

DA GÊNESE À ATUALIDADE: a relação agricultura e urbanização no município de Canápolis-MG

Rosiane Mendes de Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia
rosiane.mendes@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho se desenrola no contexto a abacaxicultura em Canápolis-MG e a relação entre a agricultura e urbanização/relação campo-cidade estabelecida no município. Tomou-se como objetivo iniciar a compreensão da base conceitual afim de subsidiar a interpretação das tramas territoriais e socioeconômicas identificadas na realidade da agricultura do município, através de revisão teórica, levantamento de dados e observação *in loco*. A partir deste pressuposto pode-se dizer que a territorialidade da abacaxicultura no município de estudo e na vida dos agricultores não está ligada somente ao território ocupado pelo cultivo, mas faz parte do cotidiano de seus habitantes rurais e urbanos.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura; urbanização; desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar tem grande importância no mercado interno do cenário brasileiro, pois, mesmo com menos incentivos por meio de políticas agrícolas, menor acesso a tecnologias e capital, é o pequeno produtor que abastece a “mesa” dos brasileiros. De outro ângulo o grande produtor rural brasileiro direciona sua produção priorizando as *commodities*, que ganha mercado internacional.

A agricultura familiar gera emprego e renda e move a economia de muitos municípios brasileiros, ainda que em menor escala que antes da década de 1970, quando aconteceu grande êxodo rural por causa da Revolução Verde que expandiu a modernização da agricultura e impulsionou o agronegócio brasileiro, deixando em segundo plano a importância da agricultura familiar.

É no contexto da abacaxicultura que esse trabalho se desenrola, uma vez que trata de uma discussão acerca das dinâmicas da agricultura em Canápolis-MG e a relação entre o rural e o urbano estabelecida no município. O mesmo tem a abacaxicultura (a agricultura em geral) como um dos principais motores de sua economia, que gera emprego, tanto no campo, como na cidade, promovendo a intensificação da relação campo-cidade.

Com base nisso, temos como principal objetivo dessa pesquisa iniciar a compreensão da base conceitual que subsidiará a posterior interpretação das tramas territoriais identificadas a partir da realidade da agricultura no município. Para tanto, alguns objetivos específicos foram definidos visando afunilar a gama de possibilidades a serem pesquisadas. De início, objetivou-se entender como se deu a consolidação do município e sua relação com a abacaxicultura. Visamos também identificar a relação campo-cidade que essa realidade impõe ao município.

Para isso, foi feita revisão teórica em teses, dissertações, livros e artigos com temática relacionada à da presente pesquisa, para elaborar um aporte teórico que embase a discussão visando entender a realidade percebida na área de estudo, para compreender sua essência. A pesquisa teórica é um pré-requisito importante e necessário para uma investigação, pois ela é, para Ludwig (2009, p. 51) “o ato de procurar, recolher, analisar, interpretar e julgar as contribuições teóricas já existentes sobre um certo assunto”, o que auxilia o pesquisador a entender seu tema a partir de contribuições de outros pesquisadores com diferentes posicionamentos teóricos que nos permite ampliar nosso campo de visão e capacidade de interpretação da realidade.

A pesquisa bibliográfica se justifica pela necessidade de termos como ponto de partida um arcabouço teórico que nos permita interpretar a realidade da área de estudo com maior fidedignidade à ciência geográfica.

Além disso, foi feito um breve levantamento de dados de produção agrícola municipal para subsidiar a análise e a discussão, em fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IBGE disponibiliza em seu banco de dados às informações de produção dos municípios a partir da década de 1990, portanto, trabalhamos com dados das décadas de 1990, 2000 e 2010, além dos anos de 2012 e 2014, que é o último com dados disponíveis, para que possamos nos aproximar mais da realidade atual da agricultura no município.

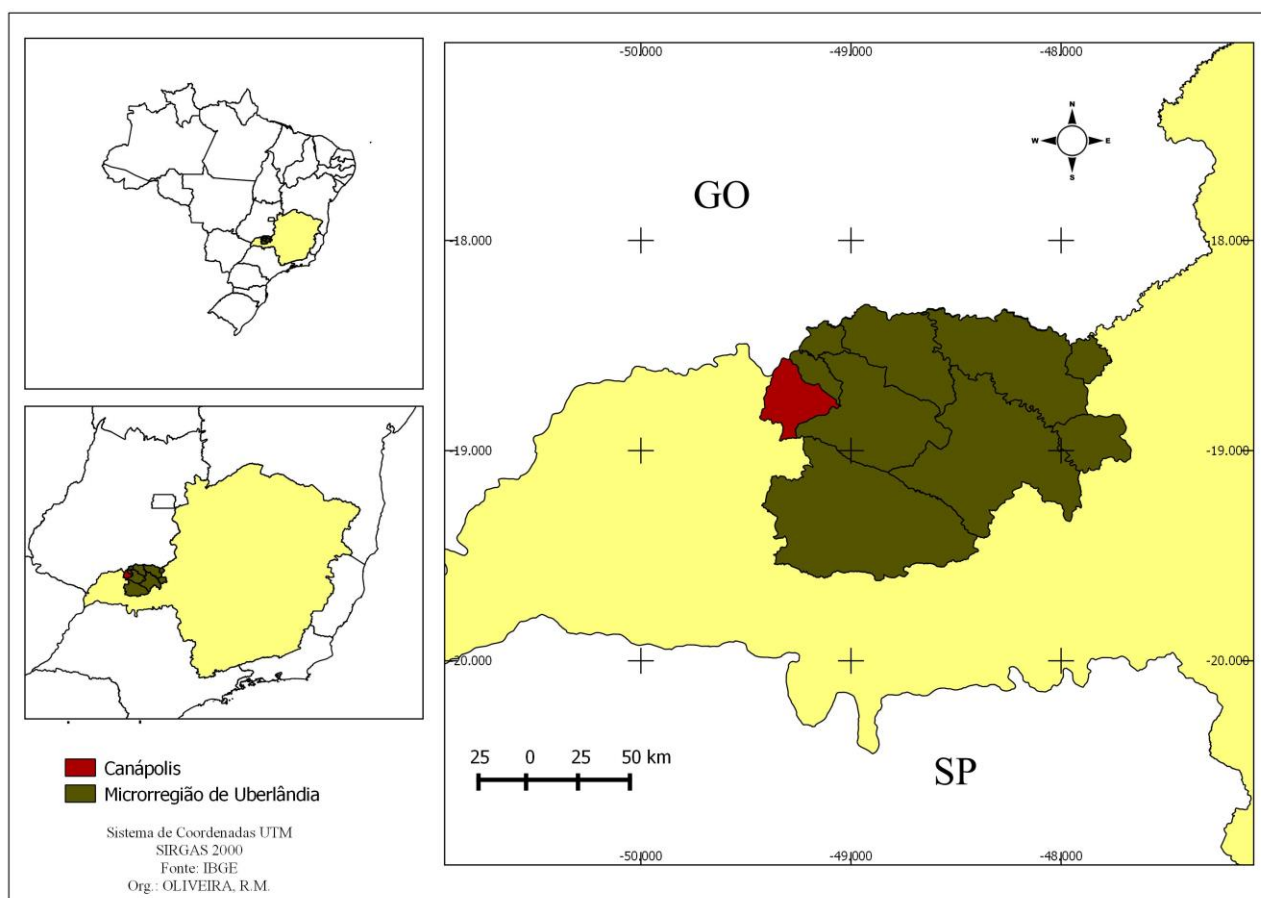
Dessa forma, o artigo se estabelece com algumas divisões, as quais contemplam formação socioespacial de Canápolis, onde abordamos a formação e consolidação do município, e são trabalhados dados de produção agrícola para melhor representação dos fatos. O texto traz também algumas reflexões acerca das discussões sobre relação campo-cidade, suas transformações e extensões no município. Essa discussão é seguida de algumas considerações finais que ajudam a compreender o trabalho, mas não tem a pretensão de finalizá-lo.

2. A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE CANÁPOLIS E A IMPORTÂNCIA DA ABACAXICULTURA PARA O MUNICÍPIO

Canápolis é um município do pontal do Triângulo Mineiro, com área de 839,737km², com população em 2010 de 11.365 habitantes, conforme dados do último recenseamento realizado

pelo IBGE. O processo de ocupação ocorreu na década de 1930, quando José de Paula Gouveia, proprietário da fazenda Córrego do Cerrado, localizada no município de Monte Alegre de Minas, doou à Prefeitura cinco hectares de terra para a fundação de um povoado, cujos primeiros habitantes foram os trabalhadores da própria fazenda e redondezas. O nome Canápolis significa “Cidade da cana” e é devido às várias plantações de cana-de-açúcar existentes ali.

Figura 01: Localização do Município

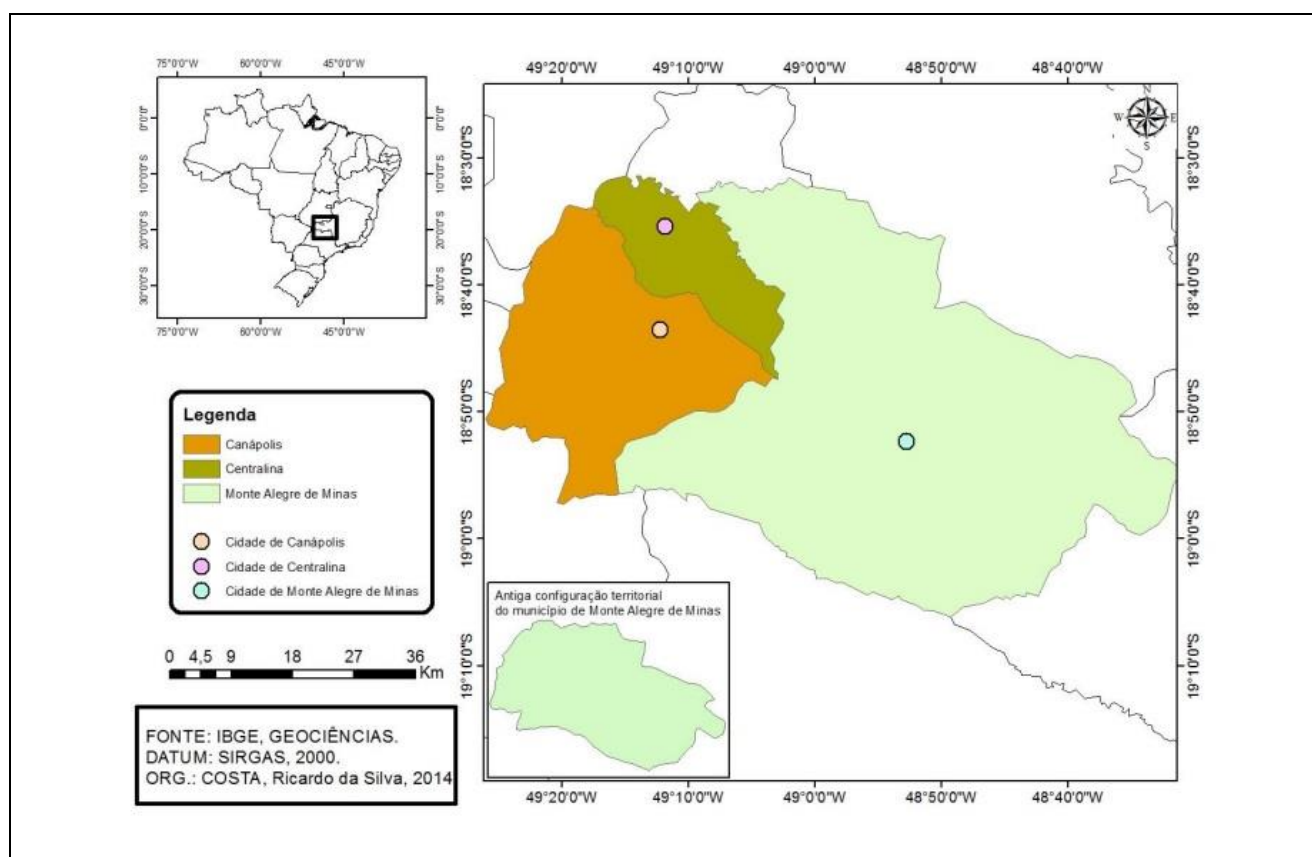


É possível notar ao analisarmos a história do município uma importante característica relacionada à gênese da cidade. Muitas cidades surgiram a partir da concentração de comércios, indústrias, ou um centro de tomadas de decisões políticas entre outras relações pessoais ou financeiras. Canápolis nasceu como um povoado para trabalhadores rurais e cresceu da mesma forma, abrigando migrantes atraídos para trabalharem nos engenhos já existentes na região naquela época e, posteriormente, no cultivo do algodão e da cana-de-açúcar já com o advento da instalação da usina sucroalcooleira no município. Sua população cresceu, a cidade se desenvolveu, mas ainda hoje pode ser tida como uma cidade de população em sua maioria composta por produtores, trabalhadores rurais ou pessoas com algum vínculo com o “mundo rural”.

A região era promissora pela fertilidade dos solos, com problemas facilmente corrigidos, e topografia excelente para a agricultura, proporcionando que a mesma experimentasse desenvolvimento notável. A partir da doação do terreno, o Sr. José de Paula promoveu o loteamento e vendeu áreas ao redor do povoado, o que atraiu inúmeros forasteiros que geraram várias atividades econômicas.

Ainda conforme o IBGE (2015), em 17 de dezembro de 1938, o povoado passou a Distrito de Monte Alegre de Minas. Em 27 de dezembro de 1948, Canápolis foi elevado à categoria de município e era composto pelos distritos de Canápolis e Centralina. Já em 12 de dezembro de 1953, Centralina também foi elevado à categoria de município, mas permanecendo como Comarca de Canápolis, como permanece até então, como podemos ver no mapa 01.

Figura 02: Municípios após emancipação



Fonte: Costa, 2014

Segundo Costa (2014), na década de 1950 a economia do município de Canápolis estava voltada para o cultivo de milho, arroz, feijão, algodão e gergelim. O auge do algodão durou até o início da década de 1980. Atualmente, a única dessas culturas que ainda tem representatividade no município é o milho, as demais foram perdendo força até praticamente desaparecerem do cenário econômico local. O autor informa ainda que em meados da década de 1970, as lavouras

de algodão, de abacaxi e a pecuária de destacavam no município. O algodão foi o principal motivo do aumento da população da cidade na época, já que a colheita demandava muita mão-de-obra.

Ainda na década de 1970, a crise do petróleo incentivou o uso de automóveis movidos a álcool, expandindo a produção e o consumo de combustível oriundo da cana. Surgiram então, regiões produtoras de cana em vários estados brasileiros, inclusive Minas Gerais, através do Programa Nacional do Álcool – Proálcool, o que provocou a volta da cana ao cenário econômico brasileiro.

Canápolis abriga duas usinas sucroalcooleiras, a DAMFI (Destilaria Antônio Monti Filho LTDA), implantada em 1976, e a Triálcool, usina do Grupo João Lyra implantada em 1988. Isso se deve ao fato de que o município possuía, conforme Costa (2014, p.62) área para abrigar as usinas e suas lavouras, além de disponibilidade hídrica. A cana ocupou áreas onde antes eram cultivados o algodão, o milho e a soja. O cultivo da cana teve variações devido ao preço do álcool e do açúcar oscilar muito no cenário mundial. O auge da produção sucroalcooleira no município foi a partir do final da década de 1990 e início da década de 2000, com expansão da área plantada e aumento de produção. A usina DAMFI está localizada no município de Canápolis, mas suas atividades estão concentradas no município de Centralina, e a Triálcool encontra-se inativa. Logo, o abacaxi vem figurando como um dos principais motrizes da economia do município.

Em relação ao cultivo do abacaxi, o mesmo faz parte da história de Canápolis devido à uma herança trazida da época em que era distrito de Monte Alegre de Minas, uma vez que em Monte Alegre, segundo Guimarães (2015), o cultivo de abacaxi se iniciou ainda em 1943 através de um imigrante vindo do Rio Grande do Norte e chegou no município em busca de melhoria de vida, trazendo consigo mudas de abacaxi, fruta era rara na região. A produção ultrapassou as expectativas e com o passar do tempo outros produtores também passaram a produzir abacaxi em suas terras.

Com a inserção da produção de abacaxi, foram se formando identidades, territórios e territorialidades. A cidade recebeu investimentos e infraestruturas para atender a demanda da produção de abacaxi, como indústrias de beneficiamento da fruta, o que gera emprego também na área da indústria, além do emprego rural, ambos envolvidos com a abacaxicultura.

Em Canápolis, a partir da década de 2000 aconteceram mudanças significativas que impactaram a abacaxicultura. Segundo Costa (2014, p. 72-73), os produtores rurais tiveram que se adaptar e buscar soluções para amenizar os impactos decorrentes, por exemplo, do preço inflacionado da terra e da mão-de-obra, o que fez muitos produtores desistirem da atividade. Porém isso não acabou com a atividade, que prevalece até os dias atuais, apesar dos poucos incentivos e políticas públicas para o campo que visem beneficiar o agricultor familiar/pequeno produtor rural.

Entre os produtos mais cultivados pelos pequenos agricultores, responsáveis pela maior parte da produção de alimentos no Brasil, as frutas tomam importante proporção. Segundo Guimarães (2015), a produção de frutas no Brasil ocupa uma área de cerca de 2,2 milhões de hectares pelo país, gerando emprego a cerca de 5,6 milhões de pessoas, o que corresponde a aproximadamente 34% da mão de obra rural. Esses números colocam o Brasil no terceiro lugar do ranking dos produtores mundiais de frutas.

Reetz *et.al.* (2015), afirma que a abacaxicultura no Brasil rendeu mais de R\$1,85 bilhão em 2013, o que coloca o abacaxi como a quarta fruta brasileira no ranking de valor comercializado. Esse cultivo tem vivenciado contínuo crescimento de produtividade, resultado de pesquisas de melhoramento da produtividade, que englobam estudo de variedades resistentes às doenças, adubação, irrigação, novas variedades e sistemas de produção.

A partir de dados obtidos ainda em conversa informal com produtores de abacaxi do município, é possível afirmar que a produção de abacaxi em Canápolis é feita por um número maior de pequenos produtores, o que é definido pela quantidade de pés plantados. Um pequeno produtor planta em média de 100mil a 120mil pés de abacaxi por ano, o que ocupa uma área pouco maior que dois hectares. O agricultor considerado médio, planta em torno de 600 mil pés de abacaxi por ano, e o grande produtor já alcança cerca de 1,5 milhão a 2 milhões de pés de abacaxi anualmente (valores baseados na realidade local).

No município de Canápolis, a economia sempre esteve ligada às atividades agropecuárias. Os dados da tabela 1, representam as principais culturas produzidas a partir de 1990, com destaque para o aumento crescente da produção de cana-de-açúcar, reflexo da territorialização das usinas na região. A produção de abacaxi agrega muitos produtores, mas que ocupa menos área, tendo considerável aumento da década de 1990 para 2000, mas estabilizando na quantidade de 1.500 hectares plantados a partir de 2010. Até a década de 1990, predominava no município a produção de arroz, milho, algodão e abacaxi. Atualmente, predominam no cenário agrícola do município o abacaxi, a cana-de-açúcar, o milho e a soja.

Tabela 1: Canápolis (MG): área plantada dos principais cultivos agrícola (anos selecionados)

Canápolis-MG	Área Plantada – hectares/ ano				
	1990	2000	2010	2012	2014
Abacaxi	800	2.000	1.500	1.500	1.500
Algodão	2.500	1.500	95	284	0
Arroz	1.275	1.197	0	0	0
Cana-de-açúcar	9.300	25.000	29.000	25.000	25.800
Feijão	200	0	0	0	0
Milho	7.500	2.650	1.900	2.100	2.400
Soja	600	2.000	2.600	3.000	7.000
TOTAL	22.175	34.347	35.095	31.884	36.700

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2016

Org. Oliveira, R. M., 2016

Mesmo a produção de abacaxi tendo área menor em relação à cana e soja, constitui um dos maiores municípios produtores de Minas Gerais. Neste estado os três municípios que se destacam na produção de abacaxi são: Monte Alegre de Minas, Canápolis e Frutal. Esses três municípios juntos plantaram cerca de 74% da área plantada de abacaxi no Estado, o que representa aproximadamente 9% da área destinada ao abacaxi no Brasil que foi de 66.668 hectares em 2014.

Tem-se então a ideia de que um dos principais motores da economia do município de Canápolis é a agricultura e que campo e cidade não se dissociam, uma vez que também a indústria e o comércio do município dependem direta e/ou indiretamente do campo para “sobreviverem”, bem como grande parte da mão-de-obra utilizada no campo e também dos produtores rurais reside na cidade e, inclusive, exercem outras atividades econômicas na zona urbana. Esse fato não é exclusivo de Canápolis, mas confere ao município uma configuração que não segue os padrões da maioria dos demais municípios da região ao levarmos em consideração a maior incidência da condição de população agrícola (mora na cidade e trabalha no campo).

3. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Suzuki (2007a, p. 135) afirma que o campo e a cidade no Brasil passaram por intensa metamorfose, pela mudança de seus conteúdos e suas formas e também devido às novas possibilidades constituídas no estabelecimento de vínculos e influências do campo sobre a cidade e da cidade sobre o campo.

O processo de industrialização e urbanização brasileira, juntamente com a modernização da agricultura, promoveram grandes mudanças no Brasil que geraram consequências na relação campo-cidade, que resultou em novas dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais, dando novas funcionalidades e novos significados aos espaços.

Para Suzuki (2007b, p. 85), a leitura da urbanização não se descola da compreensão da agricultura, cuja modernização o autor entende como um movimento de re-elaboração da base técnica e das relações de submissão do trabalho ao longo do tempo, e indica que “com a absolutização da propriedade privada e a produção da cidade capitalista, ocorre uma metamorfose do processo de modernização, particularmente, no caso brasileiro, em meados do século XIX”.

O mesmo autor defende a ideia de que a modernização da agricultura acontece desde que o homem começou a lidar com a prática do cultivo e domesticação de animais, introduzindo ingredientes técnicos e alterando as relações de trabalho. Dessa forma, a modernização da agricultura deve ser entendida como um processo que evoluiu e a introdução do pacote tecnológico é apenas sua última fase.

Para Guimarães (2015, p.76), a modernização da agricultura causou significativas mudanças para o Brasil, principalmente na área rural, mas também impactou a área urbana, já que a população rural que saiu de suas terras e foi para a cidade, além dos hábitos alimentares que mudaram devido à industrialização também de alimentos, e diminuição de produção de alimentos por parte do produtor familiar que deixou o campo.

Parte dos resultados dessa modernização fez com que os tradicionais estereótipos que definem campo e cidade, rural e urbano, conforme Alentejano (2003, p.15), não sejam mais pertinentes e esse fato “não se deve a uma unificação da realidade que moldaria tudo à imagem e semelhança das características atribuídas às cidades”, já que não é a eliminação do rural e nem sua transformação em urbano. Segundo o autor, é um fenômeno em que um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre eles. Isso significa dizer, na concepção do autor, que “a diversidade de formas de organização social que proliferam, tanto no campo como na cidade, poderia levar à tentativa de se dizer que não existe um urbano e um rural, mas vários urbanos e rurais”, e que é possível produzir interpretações teóricas que norteiem a análise da realidade sem ignorar seu dinamismo e complexidade.

Sobre as influências do campo na cidade, da cidade no campo e as diferenças entre esses espaços, Carlos (2004, p. 3) afirma que

A cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que lhes une: este é a meu ver o desafio da análise. Nesta direção, o mundo rural não estaria desaparecendo, englobado pelo

desenvolvimento das cidades, nem o campo ampliando seu domínio, apontando para um Brasil “menos urbano do que se calcula”. (CARLOS, 2004, p. 3)

Essa colocação nos faz perceber que as relações sociais estabelecidas nas formas da cidade e do campo estão cada vez mais complementares entre si, articulando um ao outro sem sobreposição, de formas renovadas. Dessa forma, os elementos que diferenciam e/ou que unem a cidade e o campo são redefinidos, deixando-nos o desafio de compreendê-los com todas as especificidades que cabem a cada caso.

Hespanhol (2013, p.103), afirma que “a crescente deterioração das condições de vida nas cidades brasileiras, por um lado, e a presença de novas atividades, funções, sujeitos e agentes sociais nos espaços rurais, por outro, tem levado a uma revalorização do campo”, o que nos leva a entender o campo como o lugar de desenvolvimento das atividades agropecuárias e também como espaço para se viver. Essas mudanças fizeram surgir a necessidade de se analisar novas perspectivas sobre as relações campo-cidade e rural-urbano, considerando dimensões e processos que vão além das atividades econômicas.

Hespanhol (2013, p.105), salienta ainda que mesmo com o campo e a cidade tendo passado por tantas transformações nas últimas décadas, a definição sobre o que é rural e urbano utilizada pelo IBGE é a mesma desde 1937. Essa definição não leva em consideração as mudanças ocorridas nesses espaços que estão redefinindo as formas e os conteúdos dos mesmos desde o início deste século, bem como deixando mais complexa a compreensão da ideia de fronteira entre o rural e o urbano, conforme segue:

No Brasil, esse processo de modernização e de tecnicização também ampliou a subordinação da agricultura – aprendida pelo Estado, até o início dos anos 1980, apenas como um setor econômico -, favorecendo os interesses dos capitais urbano-industriais, ao mesmo tempo em que excluiu um grande número de pequenos produtores e trabalhadores rurais, aumentando a concentração fundiária, os problemas ambientais etc., resultando numa maior heterogeneidade socioespacial. Daí a crescente dificuldade em se definir na atualidade as fronteiras normativas e analíticas entre esses espaços. (HESPANHOL, 2013, p. 105).

Para Marques (2002, p.96), o projeto de desenvolvimento rural adotado no Brasil ao longo de décadas que objetiva a expansão e consolidação do agronegócio, alcançou resultados positivos principalmente em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas via exportação. Porém, tem resultado em custos sociais e ambientais crescentes.

É possível dizer que Canápolis também sofreu influências dessa modernização da agricultura com a expansão do agronegócio da cana-de-açúcar ainda na década de 1980, intensificada no início do presente século, o que, aliado a outros fatores, provocou intenso êxodo rural a partir do momento em que a permanência dos pequenos produtores no campo se tornou insustentável pela falta de condições e incentivos.

Hespanhol (2013, p.109), aponta que atualmente as relações entre campo e cidade são amplas e precisam ser pensadas na totalidade, envolvendo estrutura, função, forma, conteúdo e

articulação regional. As mudanças são derivadas dos processos de globalização, industrialização, urbanização e reestruturação produtiva. O espaço rural não é um objeto de estudo desarticulado do contexto regional, estadual, nacional ou global em que estão inseridos. Ainda assim, campo e cidade apresentam características específicas de cada um, que compõem a totalidade do espaço geográfico, porém, “o espaço rural não deve ser entendido em oposição ao espaço urbano, mas em sua relação de complementaridade com as cidades”.

Alentejano (2003, p.12), considera que ainda há lugar para o rural como elemento de descrição e explicação da realidade, mesmo que seu significado atual tenha mudado. O autor considera fundamental demonstrar que o rural não deixou e nem deixará de existir, apenas está tendo seu significado alterado por conta de todas as transformações resultantes do desenvolvimento urbano.

E Baudel Wanderley (2001, p.32) se refere ao mundo rural como “um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais”. A autora afirma ainda que o fim do isolamento entre as cidades e o meio rural é expresso através do conceito de continuum rural-urbano, que Marques (2002, p.100) define como sendo o avanço do processo de urbanização, o responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana.

Em Canápolis a relação rural-urbano é intensa. Grande parte dos produtores rurais são residentes na cidade. As indústrias existentes na cidade, em sua maioria, são processadoras de produtores agrícolas, principalmente abacaxi e leite, ambas com a produção voltada para doces. Além disso, parte considerável do comércio é voltada direta e indiretamente para o campo (produtores e trabalhadores).

Além disso, na cidade algumas placas com os nomes/números das ruas têm o desenho de um abacaxi além da escultura de abacaxi no entroncamento da BR153 com a MG226 que dá acesso à cidade que ostenta os dizeres: “Canápolis – onde se produz o melhor abacaxi do Brasil”, indicando a relação/vínculo do município com a produção do fruto.

Mosaico 1: Canápolis-MG. Representações que indicam o vínculo do município com a abacaxicultura



Autora: OLIVEIRA, R. M. 2016

É importante salientar que a produção de abacaxi no município de Canápolis é feita não apenas por moradores do campo, mas também é feita por pessoas que residem e têm outras funções na cidade. Muitos são pequenos produtores que trabalham em terras arrendadas, mas, que sempre tiveram ligação com a produção agrícola e a vida no campo, seja como proprietário ou trabalhador rural.

Temos então a ideia de que a cidade e o campo têm papéis diferentes por serem espaços divergentes, porém é possível notar que ambos são complementares, realidade nitidamente perceptível na área de estudo. Saquet (2014, p. 3) salienta que a articulação entre esses espaços se dá através das relações e redes de circulação e comunicação, as quais são mediadoras do processo de territorialização.

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O ponto central da presente pesquisa versa sobre a tentativa de compreensão da relação campo-cidade para aplicação na realidade de Canápolis. A partir desse aporte, os próximos passos visam entender a dinâmica da agricultura no município e sua influência na economia, cultura e até na política.

Portanto, a metodologia aplicada se mostrou eficiente, já que a proposta foi delimitar um campo teórico que subsidiasse a interpretação da realidade de Canápolis, com base nos conceitos e discussões acerca da relação campo-cidade/rural-urbano.

A expansão do agronegócio da cana-de-açúcar no município promoveu profundas transformações em seu espaço agrário, atingindo muitos produtores rurais, inclusive os de

abacaxi que diminuíssem sua produção ou deixaram de produzir. Isso se deve a diversos fatores que dificultaram a atividade, principalmente para os pequenos produtores que dependem de terras de arrendamento para cultivarem, pois é nítido que o Estado investiu/e na expansão do agronegócio e industrialização da agricultura, deixando em segundo plano (ou nem isso) as questões sociais do espaço rural.

Isso nos permite entender que falta política pública para o campo que beneficie o campo de fato, que beneficie quem vive e quem trabalha no campo, que valorize o trabalhador e o camponês, que dê condições para crescer e se desenvolver também, para que o campo também possa ser sinônimo de oportunidades de melhorias para as famílias que nele vivem ou para as que desejam voltar, redefinindo os espaços urbanos e rurais a cada nova dinâmica que proporcione o desenvolvimento local.

É possível então dizer que a territorialidade da abacaxicultura no município de estudo e na vida dos agricultores não está ligada somente ao território ocupado pelo cultivo, mas faz parte do cotidiano de forma direta e indireta, não somente os produtores, mas praticamente todos os moradores do município, que vivenciam a importância do abacaxi para Canápolis e concretizam a tradição do município.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 11-23, jul./dez. 2003.

BAUDEL WANDERLEY, Maria de Nazareth. **A ruralidade no Brasil moderno: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>>. Acesso em 30 jun. 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A questão da cidade e do campo: teorias e política. **Mercator**. Ano 03, nº 05, 2004.

COSTA, Ricardo da Silva. **Produtores de abacaxi e o setor sucroenergético em Canápolis-MG: configurando novas territorialidades**. 2014. 151p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2014.

GUIMARÃES, Alessandra Rodrigues. **A produção de abacaxi: estratégias de reprodução da agricultura familiar no município de Monte Alegre de Minas (MG)**. 2015. 152f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2015.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. **Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo**. 2013. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/1177/499>>. Acesso em 17 jun. 2015.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=311180&search=%7Ccanapolis>>. Acesso em 07 jun. 2015.

_____. **Produção Agrícola Municipal.** Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1612&z=p&o=28>>. Acesso em 08 jun. 2016.

LUDWIG, Antonio C. **Fundamentos e prática de metodologia científica.** Petrópolis: Vozes, 2009.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão.** 2002. Disponível em: <http://www.agb.org.br/files/TL_N19.pdf>. Acesso em 17 jun. 2015.

REETZ, Erna Regina *et al.* **Anuário brasileiro da Fruticultura 2015.** Disponível em: <<http://www.grupogaz.com.br/editora/anuarios/show/4718.html>>. Acesso em 08 jun. 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio. Territorialidades, relações campo-cidade e ruralidades em processos de transformação territorial e autonomia. **Campo-território:** revista de Geografia Agrária. Edição Especial do XXI ENGA-2012, p. 1-30, jun., 2014.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações Socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Nera**, Presidente Prudente, Ano 10, nº 10, pp. 134-150, 2007a.

_____. Modernização, território e relação campo-cidade – uma outra leitura da modernização da agricultura. **Agrária**, São Paulo, nº6, pp. 83-95, 2007b.